



puçá

**PROJETO CARANGUEJO-UÇÁ
BAHIA**

1.	Apresentação	4
	Título	4
	Processo	4
	Coordenador	4
	Dados institucionais	4
2.	Introdução	4
3.	Objetivos	5
4.	Metodologia	5
	4.1 Agregação de valor à atividade	5
	4.2 Programa de Educação Ambiental relacionando as questões sócio-históricas e culturais nas comunidades trabalhadas.....	5
	4.3 Identificação e mapeamento da cadeia produtiva regional e de associações sociais e comunitárias dos catadores de caranguejo nos municípios envolvidos.....	6
5.	Resultados.....	6
	5.1 Agregação de valor e divulgação do projeto e das atividades executadas.....	6
	5.2 Ações sociais.....	7
	5.2.1 Programa de Educação Ambiental	7
	Material Didático produzido	9
	Gibi “A Turma do Puçá”	9
	Livro “As lendas na Educação: Estórias do Baixo Sul e Recôncavo Baiano”	12
	Apostila “Oficinas de Educação Ambiental Biorregionalista”	13
	Oficinas realizadas.....	14
	Avaliando as Oficinas	15
	5.2.2 Identificação da cadeia produtiva regional e de associações sociais e comunitárias dos catadores de caranguejo nos municípios envolvidos.	15
	Catadores de caranguejos	15
	Dados pessoais (identificação e renda).....	15
	Dados sobre a atividade (cata/pesca).....	16
	Espécies de peixes mais pescadas	16
	Captura de caranguejos	17
	Comercialização	19
	Atravessadores	20
	Dados pessoais.....	20
	Comercialização	20

Legislação e dificuldades enfrentadas	21
Vendedores finais.....	21
Dados pessoais.....	21
Comercialização	21
Legislação e dificuldades da atividade.....	22
Organizações sociais relacionadas com a atividade.....	22
Atividades turísticas relacionadas ao caranguejo	23
Acompanhamento de “ecotrilhas”	23
5.3 Materiais de comunicação produzidos para divulgação do projeto e da atividade de cata de caranguejo	23
6. Considerações finais.....	26

1. APRESENTAÇÃO

TÍTULO

Projeto Puçá – Programa Integrado de manejo e de gerenciamento dos estoques de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)

PROCESSO

552039/3007-1

PROGRAMA:

Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007 - Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar.

COORDENADOR

Walter Antonio Pereira Boeger, PhD

DADOS INSTITUCIONAIS

Universidade Federal do Paraná

Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais – GIA.

Fone (41) 3361-1765

Rua Francisco H. dos Santos, s/n – Centro Politécnico

Curitiba-PR.

www.gia.org.br

2. INTRODUÇÃO

O Projeto Puçá surgiu da parceria do Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais com o Governo do Estado da Bahia, por meio da Bahia Pesca e Fundo de Amparo à Pobreza, apoiado pela Associação dos Municípios do Baixo Sul (AMUBS), da Associação dos Pescadores e Maricultores da Barra dos Carvalhos, CNPQ e IBAMA.

O trabalho fundamentou-se na promoção de um manejo sustentado dos estoques de caranguejo-uçá, sua manutenção e integridade através do uso de técnicas de repovoamento de organismos aquáticos, estudos genéticos e do estímulo ao desenvolvimento de módulos de exploração/produção racional destes organismos, como forma de diminuir a pressão extrativa sobre os bancos naturais.

Paralelo à produção e liberação de formas imaturas de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) em áreas pré-selecionadas, o Puçá trabalhou junto às comunidades envolvidas o desenvolvimento de alternativas menos predatórias e que possam levar ao aumento do valor agregado ao caranguejo comercializado, além de aplicar um programa de educação ambiental biorregionalista. Esse foi o foco do projeto apoiado pelo Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007 - Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar e cujas atividades encontram-se descritas no presente relatório.

3. OBJETIVOS

O objetivo principal do Projeto Puçá foi o de desenvolver ferramentas técnicas e gerenciais que pudessem contribuir para frear o atual ritmo de degradação dos estoques pesqueiros do caranguejo-uçá em manguezais da região do Baixo Sul da Bahia e, paralelamente, criar meios para agregação de valor e melhoria da renda das comunidades tradicionais que exploram este recurso.

4. METODOLOGIA

O projeto PUÇÁ trabalhou em duas frentes: o aspecto biológico e o aspecto humano. A produção de larvas e o repovoamento foram as principais ações dentro do aspecto biológico do projeto. Larvas de caranguejo-uçá foram cultivadas em um laboratório de larvicultura na fazenda Oruabo, de propriedade da Bahia Pesca, até atingirem o estágio correto para a soltura (megalopa). Ao longo do projeto (30 meses), foram liberadas mais de dois milhões de larvas em seus manguezais. Essas ações de aspecto biológico foram financiadas pelo governo de estado da Bahia (através da Bahia Pesca), conforme descrito no projeto submetido ao CNPq.

As ações sociais, de uma maneira geral, caracterizaram o aspecto humano do projeto e envolveram educação ambiental e o desenvolvimento de estratégias de geração de renda para as comunidades.

4.1 AGREGAÇÃO DE VALOR À ATIVIDADE

O método utilizado para realizar essa meta foi a unificação da linguagem visual de todos os materiais produzidos e distribuídos ao longo do projeto. Para isso, foram criados a logomarca do projeto e o site para a divulgação de todas as suas ações e comunicação com os atores envolvidos e instituições parceiras.

4.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL RELACIONANDO AS QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E CULTURAIS NAS COMUNIDADES TRABALHADAS.

Foi feito o levantamento de cenários e potencialidades para o desenvolvimento das ações socioambientais do Projeto Puçá na comunidade. Esse levantamento incluiu:

- A identificação e contato com os atores sociais locais/regionais (lideranças, associações, cooperativas, movimentos sociais, instituições de ensino, prefeitura, secretarias, ONGs, órgãos ambientais responsáveis e sociedade civil em geral);
- Número de alunos e professores e identificação das escolas do distrito de Acupe (município de Santo Amaro);
- As principais atividades econômicas locais e
- As características culturais da região.

A partir dos resultados desse diagnóstico preliminar, foi escolhida a forma de ação indicada para a comunidade.

4.3 IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA REGIONAL E DE ASSOCIAÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS DOS CATADORES DE CARANGUEJO NOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS.

Para identificar a cadeia produtiva do caranguejo uçá (*Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763) na região do baixo Sul da Bahia, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observação em campo. Entrevistaram-se 21 catadores de caranguejo; quatro atravessadores; quatro vendedores finais¹ e seis organizações sociais. Todos os entrevistados eram relacionados direta ou indiretamente ao município de Cairu e região.

5. RESULTADOS

5.1 AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVULGAÇÃO DO PROJETO E DAS ATIVIDADES EXECUTADAS

A primeira ação nesse sentido foi a criação de uma logomarca que identificasse o projeto (Figura 1). Essa logomarca levou em consideração os três elementos básicos do projeto: o caranguejo (representado pela sua pinça ou quela), o homem e o ambiente. Todos os materiais de divulgação continham a logomarca, para padronizar as ações e atividades.



Figura 1 - Logomarca desenvolvida para o Projeto Puçá

Ainda no âmbito da comunicação, foi criado o **site** do projeto, no domínio www.puca.org.br. Nele, estão contidas as ações e notícias referentes ao projeto, os principais resultados e produtos e muitas fotos. No site também é possível fazer o **download** de todos os materiais produzidos (Figura 2).

¹ - O vendedor final é entendido aqui como indivíduo ou empresa que comercializa o caranguejo em seu estabelecimento pronto para o consumo humano.



Figura 2 - Site do projeto Puçá

As ferramentas de comunicação foram um meio muito eficiente de divulgar as ações do projeto, principalmente em localidades distantes da região onde foi desenvolvido. Os números de acessos ao site foram:

2008: 4.659 acessos

2009: 8.590 acessos

2010: 3.708 acessos

5.2 AÇÕES SOCIAIS

No planejamento original, as ações seriam realizadas em Ituberá, município do Baixo Sul da Bahia. Porém, como o desenvolvimento dos trabalhos de larvicultura do caranguejo-uçá eram todas desenvolvidas em Acupe, distrito de Santo Amaro, achou-se por bem desenvolver as atividades com as comunidades do próprio distrito. Afinal, não só toda a larvicultura mas também a liberação das larvas aconteceriam ali.

5.2.1 Programa de Educação Ambiental

Observando as potencialidades dos diferentes grupos/atores, a ação socioambiental indicada para se trabalhar no distrito de Acupe foi um programa de capacitação continuada para professores da rede municipal, construída conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santo Amaro, focando no modelo de Educação Biorregionalista, com ênfase na conservação do manguezal e na cultura de pesca e mariscagem.

Os contatos realizados na área de educação foram: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Escola Municipal Santa Rita, Escola Municipal Coronel José Antonio Torres, Escola Municipal de Acupe, Centro Educacional Municipal de Acupe, Diretoria Regional de Educação (DIREC) e Escola Estadual Castro Alves.

Entre as associações e ONG's, foram contatadas: Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) – Rede MangueMar da Bahia, Fundação Dom Avelar Brandão Vilela (FDA) – Acupe, Centro de Desenvolvimento Social de Acupe, Casa da Costura e Cooperativa Popular dos Artesãos de Acupe (Cedesa), Ação Social de Santo Amaro, sede de Acupe – Casa da Família, Colônia de Pescadores Z-27, Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar.

O Programa de Educação Ambiental foi desenvolvido de maneira conjunta com ações de revitalização cultural. Nesse programa, o projeto trabalhou na promoção de capacitação para professores da rede municipal, além de atividades de levantamento de características culturais do litoral da Bahia. A proposta foi buscar as relações entre a ética, a política, a economia, a ciência, a tecnologia, a cultura, a sociedade e o ambiente.

A educação ambiental no ensino formal apresenta-se, na maioria das vezes, através de atividades extracurriculares, o que dificulta uma real inserção nas escolas. Para contribuir com a modificação desse cenário, o Puçá propôs, então, uma capacitação continuada de professores, realizada no distrito de Acupe, município de Santo Amaro.

O programa de capacitação foi realizado com a rede municipal, focando os professores como agentes multiplicadores, capazes de estimular o interesse e o envolvimento dos alunos e da comunidade na questão ambiental. Mais do que a discussão e aplicação dos princípios da Educação Ambiental, o Puçá trabalhou a discussão do biorregionalismo. O biorregionalismo idealiza a conservação tanto do meio como da cultura das comunidades litorâneas.

Para embasar a construção desse programa, a equipe do Projeto Puçá visitou as escolas do distrito de Acupe, nas quais foram, em agosto de 2008, aplicados questionários para 47 professores de 1ª a 8ª séries. A idéia foi utilizar as informações geradas para construir, em conjunto com as próprias escolas, o programa de educação ambiental biorregionalista.

Os dados gerados nessa etapa do trabalho foram utilizados, então, na construção de um folder sobre as idéias básicas do programa, entregue aos professores, às escolas e à Secretaria de Educação. Em seguida, foram realizadas reuniões com a diretoria das escolas de Acupe e com a Secretaria de Educação de Santo Amaro, formalizando a parceria com esses atores .

O programa trabalhou o processo participativo e nas oficinas realizadas em outubro e novembro de 2008, assim como nas de janeiro de 2009, os grupos tiveram a oportunidade de vivenciar metodologias utilizadas na Educação Ambiental e no biorregionalismo, como: dinâmicas, jogos cooperativos, visualização criativa, atividades práticas de sensibilização e de integração. Através destas vivências foi realizada, de forma dinâmica, a reflexão e a construção coletiva das bases do processo educativo ambiental.

Conceitos sobre meio ambiente e manguezal e temas de percepção e sensibilização ambiental, além do resgate cultural realizado nas próprias comunidades, nortearam as oficinas para aproximadamente 60 professores, das escolas de Acupe e também do município de Saubara (cerca de 1.300 alunos no total).

Ao longo do projeto, foram 56 horas de encontros realizados com professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas participantes. Aspectos da cultura baiana e de educação ambiental foram também utilizados na construção de planos de aula elaborados pelos próprios professores.

Nas oficinas, foram abordados os seguintes tópicos:

- Integração da educação ambiental ao cotidiano da escola, viabilizando a construção e sua implementação no âmbito do currículo escolar;
- Promoção da reflexão e visualização de métodos de educação ambiental;
- Levantamento de idéias para a abordagem dos aspectos ambientais e éticos nos conteúdos curriculares das diferentes áreas temáticas, envolvendo questões da realidade local;
- A cultura do litoral baiano como base para uma Educação Ambiental Biorregionalista;
- Confeção de material didático indicado para esse processo.

Material Didático produzido

Gibi “A Turma do Puçá”

Para dar início às ações de educação ambiental, o Projeto Puçá usou como ferramenta a história em quadrinhos. A criação dos personagens homenageou os principais animais do manguezal que, muitas vezes, também são capturados pelos pescadores e marisqueiras (Figura 1).

A proximidade com a comunidade escolar foi garantida pela escolha democrática dos nomes dos personagens. Para isso, foi feito um concurso que contou com a participação dos alunos do distrito de Acupe, de Canavieiras e de vários municípios do Baixo Sul.

As sugestões e a escolha dos nomes dos personagens da Turma do Puçá foram feitas através do site do projeto. A escola que conseguiu eleger o maior número de nomes para os personagens foi o Centro Educacional Municipal de Acupe – CEMAC. Os prêmios foram: uma TV 29 polegadas, um aparelho de DVD e uma coleção de filmes educativos, doados pela Bahia Pesca.

A entrega da premiação foi feita em um evento juntamente com o lançamento do primeiro número do gibi da “Turma do Puçá” (Figura 3). Este evento marcou o início do programa de educação ambiental biorregionalista (Figura 4) e contou com a participação dos coordenadores pedagógicos, representantes da Secretaria Municipal de Educação, diretores, professores e alunos das escolas da rede pública de Acupe. Foram produzidos e distribuídos três números da revista (com cerca de 3000 exemplares cada um) e a publicação foi catalogada no ISSN com o número 1984-1337. O acesso aos três números pode ser feito através do site www.puca.org.br.



Figura 3 - Capas dos três números do gibi "A turma do Puçá".
Embaixo: Lançamento do primeiro número do gibi



Figura 4 – Oficinas de Educação Ambiental



Figura 5 - Personagens do gibi lançado pelo Projeto Puçá, cujos nomes foram escolhidos em concurso entre as escolas participantes do Projeto (Desenhos: Vinícius Amaral).

Livro “As lendas na Educação: Estórias do Baixo Sul e Recôncavo Baiano”

Nove comunidades do Recôncavo Baiano e do Baixo Sul foram visitadas para levantamento de lendas e superstições: Acupe, Santiago do Iguape, São Brás, Valença, Boipeba, Barra dos Carvalhos, Taperoá, Nilo Peçanha e Boitaraca. Foram realizadas, ao total, 32 entrevistas com pessoas da comunidade (Figura 6). O livro está dividido em sete seções, que contam com o lúdico para esse trabalho do biorregionalismo e utilização racional dos recursos naturais: (1) Mar; (2) Manguezal e Mato; (3) Homem e sociedade; (4) Observando a Natureza; (5) Nossa História; (6) Cultura Viva e (7) Continuando Nosso Trabalho.

O lançamento do livro marcou o fim das oficinas iniciadas em 2008 sobre Educação Ambiental para as escolas da região e contou com a participação de professores, da Bahia Pesca, da Associação de Sambadores e Sambadeiras da Bahia, da Associação Cultural Nego Fugido e de representantes da comunidade, entre eles alguns dos entrevistados do livro. Além do livro, foram entregues também os certificados aos professores participantes do programa.

Esse material foi desenvolvido para ser utilizado pelos professores nas salas de aula das escolas municipais, já que traz à tona assuntos bastante locais e bem vivos sobre a cultura e sobre a conservação estuarina e do manguezal. As lendas e causos se apresentam, no livro, misturados com dicas pedagógicas desenvolvidas especialmente para a discussão, nas escolas, da relação do homem com temas ambientais e sociais. Personagens mais conhecidos como a Sereia, o Caipora e a Beatatá dividem as páginas com o Encantado, o Rindimunho, o Nego Fugido e tantos outros personagens, completando a atmosfera lúdica do material.

Além do lançamento do material em Acupe, as demais comunidades envolvidas na construção desse trabalho foram visitadas pela equipe do projeto para entrega do livro aos entrevistados. Também foram entregues cópias às Secretarias de Educação dos municípios associados à AMUBS (Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia), Secretarias de Educação de Santo Amaro e Saubara, algumas escolas da região, à Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba (AMABO) e à Associação Luz Cultural de Boipeba.

O livro “As lendas na Educação: Estórias do Baixo Sul e Recôncavo Baiano” foi inscrito com o ISBN número 978-85-60930-01-2. Foram impressos e entregues 800 exemplares do livro e realizadas três palestras sobre o material produzido: no Cefet de Valença, na Câmara Técnica de Pesca do Baixo Sul – Taperoá e na Escola CEMAC em Acupe.



Figura 6 - À esquerda: capa do livro “As lendas na Educação: Estórias do Baixo Sul e do Recôncavo Baiano”. À direita: Sr. Fidelis, grande contador de estórias da região e colaborador do livro.

Apostila “Oficinas de Educação Ambiental Biorregionalista”

Além do livro, o Puçá também produziu uma apostila de educação ambiental (Figura 7), na qual os assuntos discutidos com as escolas participantes do programa foram resumidos. O material, com nome “Oficinas de Educação Ambiental Biorregionalista” traz os temas das oficinas realizadas, planos de aula elaborados pelas escolas do distrito de Acupe, Santo Amaro, e outras dicas de materiais interessantes. Esse material também pode ser “baixado” pelo site do projeto.



Figura 7 - Capa e contracapa da apostila produzida nas oficinas com a participação dos professores

Oficinas realizadas

Ao todo foram realizados 21 encontros com professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas participantes da capacitação em Educação Ambiental realizada pelo Puçá. 60 professores, divididos em 4 turmas, vivenciaram metodologias utilizadas na Educação Ambiental e no biorregionalismo.

“... Curiosidade, este sem dúvida foi meu primeiro sentimento ao ouvir falar no Projeto Puçá. Com o passar do tempo entendi que poderia tentar contribuir para a temática ambiental em uma comunidade aonde o sustento de pescadores e marisqueiras vem da natureza...”

Assim começa uma carta escrita por uma professora participante. Esse depoimento mostra o entusiasmo não apenas na participação nas oficinas, mas também na construção das aulas e programas nas escolas da comunidade. Certamente as oficinas despertaram/fortaleceram discussões relacionadas ao meio ambiente e manguezal. Como se trata de uma ação mais pontual, as atividades foram orientadas para a criação de programas mais amplos de educação ambiental nas escolas, para que os professores tenham um ponto de partida para a multiplicação das atividades. Assim, cada escola desenvolveu um conceito para essa temática e princípios para seguir nas diferentes disciplinas:

“Educação Ambiental é um processo de aprendizagem e conscientização a partir da realidade e do cotidiano da comunidade. Como tal, ela pode ser trabalhada como uma disciplina, envolvendo discussões sobre cidadania e processos de desenvolvimento aliado à conservação da natureza. O objetivo da EA é formar cidadãos críticos, capazes de criar meios para mediar a relação do homem com o meio que ele está inserido”.

Escola Municipal Coronel José Antonio Torres

“A Educação Ambiental é o processo pelo qual o indivíduo entra em harmonia com o meio ao qual está inserido, buscando um equilíbrio e respeito nas relações, fazendo do homem parte integrante do meio. A EA é uma dimensão orientada para a solução de problemas, onde esse indivíduo e a comunidade participam de maneira ativa da conservação do meio ambiente”.

Escola Municipal de Acupe

“A Educação Ambiental, como processo permanente, trabalha aspectos relacionados à ética, cidadania e transformação social. Ela permeia mudanças de comportamento e atitudes, planejando o futuro das comunidades e do meio em que vivem. Para isso, a EA abrange as dimensões política, social e cultural”.

Centro Educacional Municipal de Acupe, Escola Ouro do Mar e Escola Municipal Tio Doroga

Avaliando as Oficinas

Com o objetivo de analisar se as oficinas estavam de acordo com o esperado, dando espaço aos professores para apontar os pontos positivos e negativos de cada atividade, o Puçá avaliou o trabalho por meio de um simples questionário, no qual os participantes avaliaram os itens abaixo:

- Conteúdo abordado;
- Desempenho do instrutor (es);
- Atividades realizadas;
- Recurso didático;

Os conceitos utilizados foram:

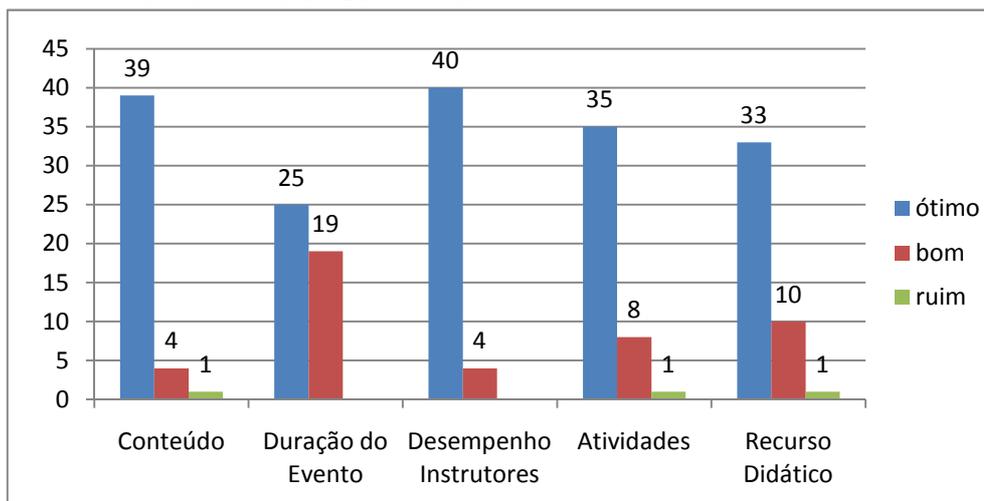


Figura 8: Avaliação das oficinas pelos professores

De maneira geral, a avaliação realizada pelos participantes foi bastante positiva. Se somados todos os itens da avaliação, como resultado final obtem-se 78% dos participantes classificando o geral como *ótimo*, 21% como *bom* e apenas 1% como *ruim*. Os professores que colocaram *ruim* justificaram afirmando que o item que poderia ser modificado é “duração do evento”, solicitando mais encontros para o município.

5.2.2 Identificação da cadeia produtiva regional e de associações sociais e comunitárias dos catadores de caranguejo nos municípios envolvidos.

Apesar das ações técnicas do projeto serem desenvolvidas em Acupe, o que justificou que as ações de Educação Ambiental também fossem feitas nessa região, verificou-se que a maior parte da comercialização do caranguejo acontecia nos municípios onde as atividades turísticas eram mais desenvolvidas, mais ao sul. Por isso, optou-se em realizar esse diagnóstico no município de Cairu e região, pólo turístico que atrai uma grande quantidade de turistas brasileiros e estrangeiros.

Catadores de caranguejos

Dados pessoais (identificação e renda)

Foram entrevistados 21 catadores de caranguejos/pescadores, todos do sexo masculino e todos residentes em Cairu (em média, há mais de 40 anos). 76% têm mais de 40

anos, 85% casados e têm, em média, 6,2 filhos. São todos filhos de pescadores e 26% de seus filhos seguem sua profissão. Todos possuem todos os documentos (RG, CPF, carteira de trabalho, Título de Eleitor), 71% possuem a carteira de pescador e 76% são associados à Colônia de Pesca ZR-55 de Cairu (em média, há 6,4 anos). Estão na atividade (pesca/coleta de caranguejo) há 33 anos.

14 são analfabetos e os outros sete possuem o Ensino Fundamental incompleto (3 dos quais só concluíram a 1ª. Série). Todos possuem casa própria, sendo 18 de alvenaria, 2 de taipa e uma de madeira e lona (a maioria -17- tem mais de 5 cômodos na casa e em média 5 pessoas moram na mesma residência). Somente uma das casas não possui água e nem iluminação da rede pública. Todas possuem coleta de lixo pela Prefeitura, que o joga em um lixão. O esgoto de 14 casas vai para fossa, um é jogado na rua, um no mar, dois no mato, um no quintal e dois no rio. Cinco dos entrevistados utilizam somente gás para cozinhar, 14 utilizam gás e lenha e dois utilizam somente lenha. 76% dos entrevistados afirmaram receber o bolsa-família (em média, R\$ 115,00).

A renda média mensal obtida com a pesca é de R\$ 375,00, mas alguns entrevistados afirmaram que essa renda é variável, que recebem cerca de 80 a 100% mais no verão. Em média, 75% dessa renda são obtidos com a cata do caranguejo. O seguro-defeso é recebido por 11 deles (8 relativos ao camarão e 3 ao robalo). 67 % não possuem outra fonte de renda, os demais trabalham na roça (3 pessoas) ou na Prefeitura de Cairu (um contratado e os demais terceirizados).

Dados sobre a atividade (cata/pesca)

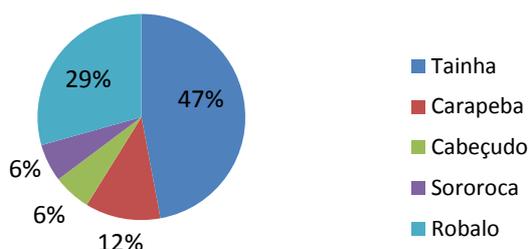
A maioria se (81%) utiliza do porto de Cairu para sair para a pesca. Todos pescam no estuário. Os manguezais de Cairu foram o pesqueiro mais citado (38%). Foram também citados os manguezais de Tapuias e Torrinhas (12,5% cada), de Boipeba (9,38%) e do rio da Barra (9,25%) e ainda igualmente, com 3,13 % cada, foram citados: Cabuçú, Cajazeiras, Canavieiras e Taperoá, do rio do Inferno e de Bainema.

13 pescadores/catadores possuem uma canoa. Dos oito que não possuem, sete se utilizam de embarcações de terceiros, pagando uma corda de caranguejo, R\$ 5,00 a diária ou até R\$ 5,00 a R\$ 15,00/semana, divididos pelo número de pessoas que vão na embarcação.

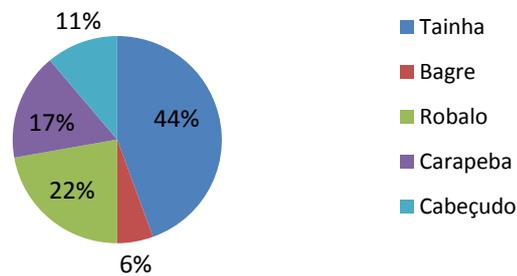
Quase metade (10) pesca com apetrechos próprios e oito sem apetrechos. Os apetrechos são redes de nylon para peixes, de 20, 30 e 40 mm de malha; para camarão de 25 e 30 mm e tarrafas de 20 e 25 mm de malha.

Espécies de peixes mais pescadas

Nos últimos cinco anos

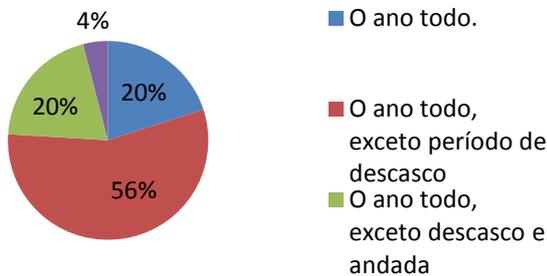


Espécies de peixes mais pescadas esse ano



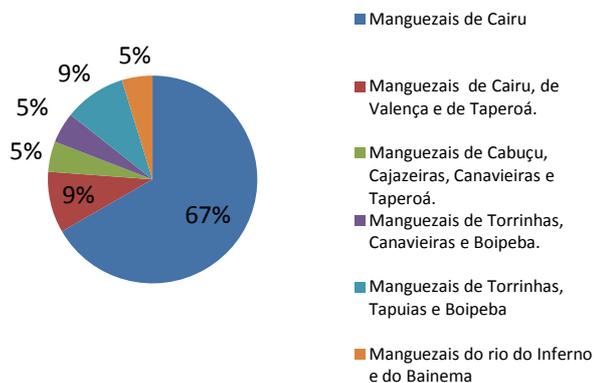
Captura de caranguejos

Época do ano em que o entrevistado cata caranguejos



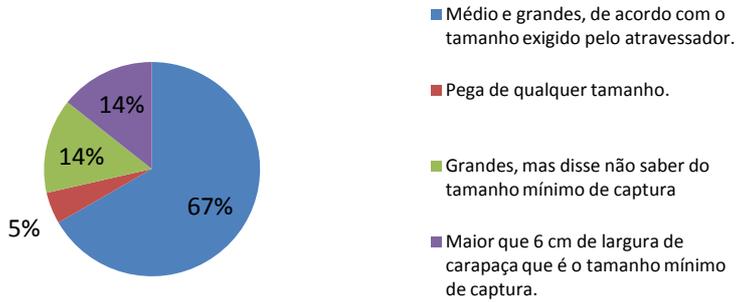
*Descasco é o período de muda, em que a carapaça do caranguejo fica mole e andada é o período reprodutivo

Locais onde realiza a cata:

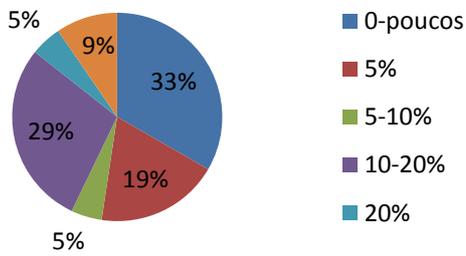


Na cata do caranguejo, 73% afirmaram não utilizar nenhum tipo de armadilha, utilizando apenas o braceamento e a tapagem das tocas. As armadilhas usadas são as redinhas na saída da toca. 86% disseram não capturar machos. 48% afirmaram realizar a cata sozinhos e os demais em companhia dos filhos e esposa (19% cada) e outros (14%). O armazenamento dos animais capturados é feito em casa, dentro do saco de aniagem, na sombra, com lama e umedecidos regularmente até a venda ou entrega para o atravessador. Catam, em média, 3 dúzias/dia no inverno e seis no verão.

Tamanho dos animais capturados:

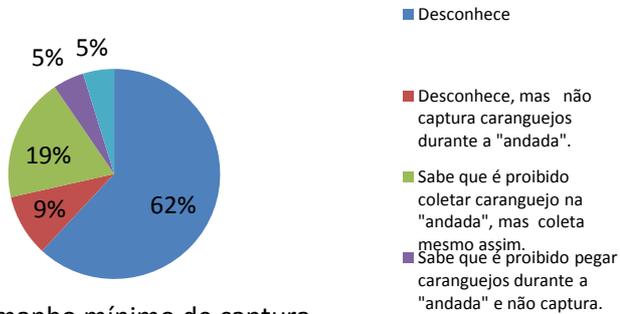


Porcentagem de morte dos caranguejos depois da captura:

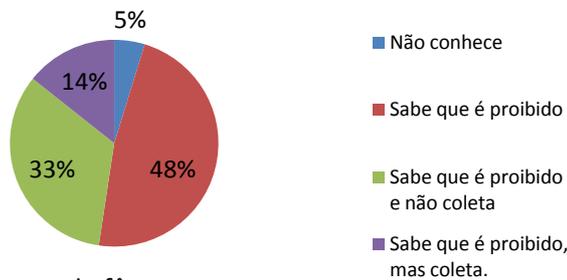


Conhecimento sobre a legislação

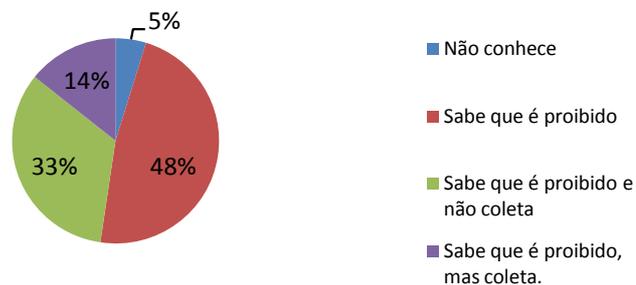
Época de defeso



Tamanho mínimo de captura



Captura de fêmeas

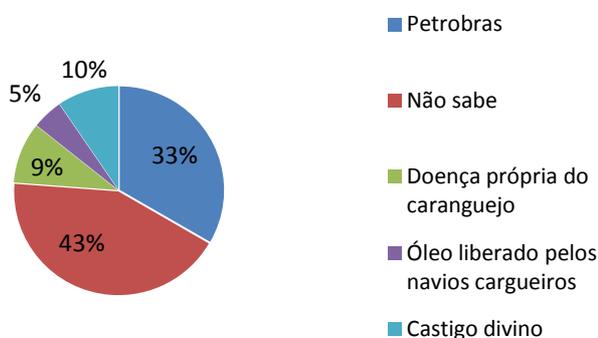


Apesar de alguns catadores afirmarem que coletam fêmeas, 100% disseram não coletar fêmeas ovadas. Apesar do descumprimento de alguns itens da legislação, 100% dos entrevistados afirmaram não ter nenhum problema com o órgão ambiental.

Mortandade de caranguejos

100% dos entrevistados afirmaram que em sua região havia mortalidade de caranguejos por alguma doença. A maioria reportou que esse fato vem ocorrendo há pelo menos seis anos, ocorrendo atualmente mortes em menor quantidade. Pelos sinais descritos pelos entrevistados, seria a DCL (doença do caranguejo letárgico). Todos reportaram a lerdeza de movimentos como principal sintoma. Outros sinais apontados seriam a cor mais clara e ausência de carne.

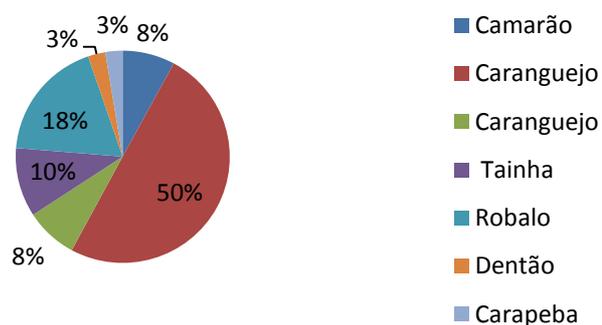
Qual sua opinião sobre a causa da morte dos caranguejos?



- O item Petrobras refere-se à chegada da empresa no Baixo Sul ou alguma forma de poluição provocada pela empresa

Comercialização

Espécies pescadas com maior aceitação pelo mercado



O pescado é mantido em freezer ou geladeira (100% das respostas) e o caranguejo mantido vivo, dentro de saco de aniagem, umedecido e com lama até ser entregue para o atravessador. Poucos fazem sempre o descarte do caranguejo (29%); outros 29% afirmaram

que às vezes o fazem e os demais nunca faz. O catado obtido é vendido ao atravessador (R\$ 15,00 a R\$ 20,00) ou na própria comunidade de Cairu (R\$ 10,00 a R\$ 15,00) (Tabela 1).

Tabela 1 - Médias dos preços de comercialização

Tainha	R\$ 5,00
Caranguejo mercado	R\$ 10,00
Caranguejo para atravessador	R\$ 7,30
Caranguejo unidade (mercado)	R\$ 1,00
Caranguejo (catado)	De R\$ 10,00 a R\$ 20,00
Robalo	R\$ 9,30
Dentão	R\$ 11,00
Mero	R\$ 7,50

Grande parte dos entrevistados afirmou que a melhor época de comercializar o caranguejo é o verão, quando é mais fácil de coletar (está mais na superfície) e a procura é maior. Alguns afirmaram que preferem inverno, quando o caranguejo é mais gordo e o atravessador paga mais. A principal dificuldade reportada pelos catadores se refere à diminuição no número de caranguejos. Outras citadas se referem à dificuldade da coleta (vento, chuva): o preço baixo obtido; falta de defeso; mortalidade antes da venda.

Atravessadores

Dados pessoais

Foram entrevistados quatro atravessadores (dois homens e duas mulheres), com idades variando entre 27 e 65 anos. Todos possuem todos os documentos pessoais, apesar de não terem razão social, CNPJ ou endereço comercial. Dois deles são analfabetos (os homens) e as duas mulheres têm ensino fundamental incompleto (5ª. e 7ª. série). O tempo de atividade varia entre 4 e 25 anos e somente um deles captura caranguejos no mangue.

Comercialização

Os caranguejos são comprados por eles em Cairu, Valença, Garapuá e Boipeba, duas vezes por semana, diretamente das mãos do catador. Em média, compram entre 10 e 15 dúzias por semana (inverno) e entre 20 e 60 dúzias (verão).

Até o momento da compra, o caranguejo fica amarrado nas cordas e coberto com lama, dentro do saco de aniagem. Todo dia os vendedores passam lama e água nos animais. Segundo eles, os animais conseguem sobreviver durante 7 dias.

De Cairu, o transporte dos caranguejos pode ser feito de barco até Graciosa e a partir daí, um caminhão coleta de vários atravessadores, levando até Salvador (feira de São Joaquim ou de Itapuã) ou de ônibus (Cairu-Itaparica), seguindo de ferry-boat até Salvador e segue para a feira por táxi. Quando sai de Valença, vai direto para a feira de Itapuã por caminhão, que cobra R\$6,00 por saco de mercadoria transportado. A mortalidade reportada pelos entrevistados foi entre 30 a 50% no verão. No inverno, segundo eles, não ocorrem mortes por transporte.

A corda com 10 é vendida por R\$ 10,00 (R\$ 10,00 quando os caranguejos são maiores e escolhidos pelos clientes). Cada unidade é vendida entre R\$ 1,20 e R\$ 1,50. Vendem geralmente tudo o que compram do catador (10 a 15 dúzias no inverno/semana e 10 e 50 dúzias no verão); se não conseguirem vender pelo preço estabelecido da corda, reduzem o preço

para não voltar pra casa com a mercadoria ou perdê-la. O preço pode ser definido tanto pelo vendedor (50% das respostas) como pelo comprador.

Os clientes são os bares e restaurantes, turistas, feirantes e moradores de Salvador e a época com maior procura é o verão. A melhor forma de comercializar o caranguejo é inteiro, por causa da maior procura; apenas um entrevistado afirmou comercializar o catado, que vende a R\$ 10,00 o quilograma.

Legislação e dificuldades enfrentadas

Todos responderam que só comercializam machos e que durante a "andada" e o "descasco" (setembro a novembro) não comercializam o caranguejo. Três entrevistados afirmaram conhecer o período de defeso e a proibição de comercializar nessa época e que existe um tamanho mínimo de captura, embora não soubessem especificar a medida. Os três disseram apenas comercializar animais grandes. Todos disseram não vender fêmeas e que conheciam a proibição. Nenhum dos entrevistados teve problemas com o órgão ambiental por causa da atividade. Os entrevistados afirmaram que alguns compradores têm curiosidade sobre o caranguejo, como por exemplo, de onde vem se está gordo, quanto tempo está no cativeiro.

As principais dificuldades apontadas foram: ausência de seguro-defeso para catadores e atravessadores; falta de segurança na feira; ter que ficar vigiando a mercadoria a noite toda; falta de veículo próprio. Dois entrevistados não acreditam que sua renda com a venda do caranguejo pudesse melhorar; os outros dois afirmaram que um veículo facilitaria e aumentaria o lucro com a atividade.

Vendedores finais

Dados pessoais

Foram entrevistados proprietários de bares e restaurantes, três em Boipeba e um de Salvador. Todos possuem todos os documentos pessoais, apesar de seu estabelecimento não possuir registro no CNPJ. Três possuem ensino fundamental incompleto (até a 5ª. série) e um com ensino fundamental completo.

Comercialização

Os entrevistados afirmaram estar na atividade entre 5 a 13 anos. Nenhum captura caranguejos. Compram o caranguejo direto da mão do catador em Boipeba, Valença, Salvador (inteiros) e Torrinhas (catado); todos os dias no verão, ou a cada dois dias. Em média, afirmaram comprar entre 10 e 35 dúzias por semana (verão). Armazenam o caranguejo em grandes tanques, cobertos por folhas de mangue. A mortalidade média é de 20%. O preço em geral é definido pelo catador (em média R\$ 12,00 a dúzia), o atravessador ou quem vende o catado. Acreditam que todos pagam o mesmo preço pelo caranguejo.

Os preços de comercialização variam entre R\$ 3,50 e R\$ 5,00 a unidade; casquinha a R\$ 7,00 e moqueca a R\$ 30,00 a porção. Seu principal cliente é o turista baiano (75% das respostas). A época de maior procura é o verão, sendo vendidas por dia entre 2 a 5 dúzias, ou no caso de pratos prontos, entre 10 e 20 pratos por dia. Três dos entrevistados vendem o caranguejo inteiro e apenas um o vende em forma de prato pronto (afirmou que já compra o catado, não faz o descarne). O caranguejo (ou pratos à base de) em seu cardápio ocupa entre 3º e 5º lugar.

Legislação e dificuldades da atividade

Metade dos comerciantes afirmou conhecer a época de defeso e que não comercializa caranguejo nessa época. Quanto ao tamanho de captura, 50% sabem que existe, mas não sabem especificar a medida. Disseram que só comercializam os animais grandes, maiores que o tamanho mínimo permitido por lei. 50% sabem que é proibido comercializar fêmeas e disseram que não comercializam. 25% não conhecem, mas não comercializam por consciência e 25% não conhecem. Os entrevistados afirmaram que nunca tiveram problemas com o órgão ambiental e nem com a vigilância sanitária.

As dificuldades reportadas foram: achar o caranguejo para comprar (às vezes tem que ir muito longe para comprá-lo); o cozimento do caranguejo dá muito trabalho e ocupa um tempo muito grande do dia; espaço para armazenar os caranguejos; ou mesmo que não enfrenta dificuldades na atividade.

Organizações sociais relacionadas com a atividade

Quatro, das seis organizações entrevistadas, estão localizadas na sede municipal de Cairu. As outras duas restantes estão localizadas na ilha de Boipeba. Todas essas organizações possuem CNPJ.

Com exceção da Casa Familiar do Mar e da Amabo, as organizações cobram taxa de contribuição a seus associados, cujo valor varia entre R\$ 3,00 a R\$ 10,00 e, no caso do Sindicato Patronal Rural, é cobrado uma taxa de contribuição sindical. Porém, de acordo com seus responsáveis entrevistados, a inadimplência é alta, pois apenas um pequeno número desses associados paga a contribuição regularmente. O número de sócios para cinco dessas associações variou entre 25 e 58. Entretanto, a Colônia Z-55 de Cairu possui 1.516 associados, mostrando ter uma grande representatividade local (Tabela 1).

Tabela 2 - Organizações sociais da região

Organização social	Localização	Nº. de associados	Taxa de contribuição mensal
Sindicato Patronal Rural de Cairu – Bahia	Município de Cairu	58	R\$ 5,00 + contribuição sindical
Colônia de Pescadores de Cairu - BA - Z-55	Município de Cairu	1.516	R\$ 10,00
Associação Clube das Mães (ASCM)	Município de Cairu	50	R\$ 3,00
Casa Familiar do Mar do Baixo Sul da Bahia	Rodovia Cairu-Nilo Peçanha	51	Não cobra
Associação dos Condutores de Turistas de Boipeba (Asconturb)	Ilha de Boipeba	25	Entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00
Associação de Moradores e Amigos de Boipeba (Amabo)	Ilha de Boipeba	50	Não cobra

Atividades turísticas relacionadas ao caranguejo

Acompanhamento de “ecotrilhas”

Na ilha de Boipeba, alguns integrantes da Associação de Condutores de Turistas de Boipeba (ASCONTURB) realizam passeios turísticos de canoa para os manguezais do entorno da ilha (Figura 16). O valor cobrado por pessoa varia entre R\$ 20,00 a R\$ 40,00. A capacidade de lotação máxima das canoas utilizadas por esses condutores é de seis pessoas. Durante o verão, chegam a realizar passeios todos os dias. Segundo os mesmos, os passeios pelos manguezais são os preferidos dos turistas estrangeiros cuja faixa etária está entre 30 e 40 anos. Apesar da dificuldade de comunicação, pois o conhecimento dos condutores em idiomas estrangeiros é precário, esses condutores mostram a esses turistas um pouco da biodiversidade do manguezal e alguns fazem demonstrações de coleta de caranguejo-uçá. O ideal seria que os catadores também participassem, diretamente com os turistas ou mesmo em parceria com os guias, uma vez que possuem muito mais conhecimento e experiência no manguezal. Mas essa atividade está fechada para alguns integrantes da Associação de Condutores de Turistas de Boipeba (ASCONTURB), que possuem articulação e contato direto com agências de turismo e pousadas, e não possuem interesse em agregar mais pessoas nessa atividade.



Figura 9 - Passeios turísticos realizados nos manguezais de Boipeba.

5.3 Materiais de comunicação produzidos para divulgação do projeto e da atividade de cata de caranguejo

A proposta de se trabalhar a geração de renda a partir da agregação de valor para os catadores de caranguejo é um processo de médio ou longo prazo. Uma das formas encontradas pelo Projeto Puçá com esse objetivo foi a produção de materiais de divulgação, para informar sobre o projeto em si e sobre a atividade dos catadores. Assim, com linguagem clara e concisa e material ricamente ilustrado, a população do local e os turistas que freqüentam o Baixo Sul foram informados acerca da legislação que regula a cata de caranguejos e também puderam aprender noções de ecologia do manguezal.

Tamanho é documento sim! Pelo menos no caso do caranguejo!

O caranguejo-uçá está acabando. Ajude a mudar isso. Não curta nada, basta que você seja um consumidor consciente.



A lei:
Artigo 3º DA PORTARIA IBAMA Nº 034 /03 N. DE 24 DE JUNHO DE 2003 -
Proíbe, em qualquer época, na Bahia, a captura, a coleta, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie, *Uca cordata*, cujo largura de carapaça seja inferior a 6,0 cm (seis centímetros).

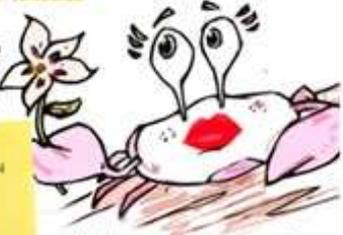
Você pode até não acreditar, mas um caranguejo-uçá demora de cinco a sete anos até atingir o tamanho comercial (caranguejos com 6 cm de carapaça). Com esse tamanho ele já reproduziu algumas vezes e sua captura não é mais tão prejudicial ao meio ambiente. Capturar, vender e consumir caranguejos com tamanhos inferiores a 6 cm de carapaça além de impedir a sua reprodução, é crime na Bahia.



Comer fêmeas agora é crime!

O caranguejo-uçá está acabando. Ajude a mudar isso. Não curta nada, basta que você seja um consumidor consciente.

Não consumir as fêmeas de caranguejo-uçá é fundamental para que a natureza possa repor os caranguejos que mandamos para a panela.



A lei:
Artigo 1º DA PORTARIA IBAMA Nº 034 /03 N. DE 24 DE JUNHO DE 2003 -
Proíbe, assim como, no período de 1º de dezembro a 31 de maio, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de fêmeas da espécie *Uca cordata*, conhecido popularmente por caranguejo, ca-ranguejo ouã, no Estado da Bahia.

Além de ser uma covardia, capturar fêmeas nos meses de dezembro a maio é crime na Bahia.

E fácil distingui-los: as fêmeas possuem o abdômen mais longo que os machos.




Caranguejo apaixonado? Tô fora!

O caranguejo-uçá está acabando. Ajude a mudar isso. Não curta nada, basta que você seja um consumidor consciente.

Durante as luas novas e cheias de janeiro a março os caranguejos estão namorando. É essa a época da andada ou carnaval do caranguejo. Como todo casal apaixonado, eles acabam ficando desatentos e por isso é tão fácil pegá-los neste período. Pegar caranguejos na andada, além de não ser nada romântico, é crime na Bahia.



A lei:
Artigo 2º DA PORTARIA IBAMA Nº 034 /03 N. DE 24 DE JUNHO DE 2003 - Nos meses de dezembro a maio de cada ano, fica delegado aos Gerentes Executivos do IBAMA, no Brasil, competência para estabelecer a suspensão da captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização da espécie *Uca cordata*, exclusivamente durante os dias de "andada". Entende-se por andada o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo mar-gemal para acasalamento e liberação de larvas.




Figura 10 - Cartazes de divulgação sobre a legislação que regula a cata de caranguejos. Os três modelos foram afixados em locais de grande movimento nas cidades do Baixo Sul da Bahia (comércio, escolas, prefeituras, pousadas e hotéis, entre outros)

Além dos materiais didáticos (apostilas, livro e gibis) utilizados nas oficinas e distribuídos nas escolas, ainda foram produzidos três modelos de cartazes (Figura 10) e um jogo de tabuleiro (Figura 11) de perguntas e respostas sobre o ciclo reprodutivo (“andada”, segundo a linguagem local) do caranguejo-uçá. O que se espera com esse jogo é aproximar os catadores de caranguejo dos turistas, promovendo, ao mesmo tempo, a conscientização, a educação ambiental e criando condições para o desenvolvimento de novas formas de geração de renda para as comunidades tradicionais (através do turismo e da diminuição do número de atravessadores).

Foram impressos e distribuídos 3.000 exemplares deste jogo para empresas de atividades turística (hotéis, pousadas, bares e associações) e diretamente para os turistas que visitam a região.



Figura 11 – Jogo “A andada do caranguejo”

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de fiscalização ambiental ou mesmo a falta de implementação do ordenamento da coleta de caranguejo, aliados ao desconhecimento ou desinteresse dos elos constituintes dessa cadeia produtiva (catadores, atravessadores, vendedores finais, consumidores) comprometem a manutenção dos estoques naturais de caranguejo-uçá na região. É praticamente desconhecido dos consumidores de caranguejo o tempo que ele demora a atingir o tamanho comercial (pelo menos 6 cm de carapaça): entre 6 e 7 anos!

A coleta de caranguejos é uma atividade extrativista que exige muito conhecimento prático dos manguezais e da biologia da espécie. Ela é desempenhada por profissionais analfabetos em sua maioria e que mal conseguem obter uma renda mensal de um salário mínimo para sustentar a família numerosa que possuem somente com a cata do caranguejo. O problema se agrava quando se leva em consideração o fato que dificilmente ele vende o caranguejo ao consumidor final, necessitando de atravessadores para comercializar o produto de sua coleta. Ao final da cadeia, o preço de venda do caranguejo inteiro pode chegar a quatro vezes o valor de compra.

É preciso uma política efetiva de educação e fiscalização ambiental oferecendo oportunidades para os catadores de caranguejos, estimulando os mesmos a adotarem práticas legais de coleta e estimular o consumo consciente desse recurso, já que são os menos beneficiados pela comercialização de caranguejos na região. Isso implica em ações continuadas de capacitação e conscientização.

Observou-se uma grande receptividade de todas as pessoas da região às ações do Projeto Puçá. Todos os atores envolvidos nas oficinas de Educação Ambiental, por exemplo, opinaram que mais atividades nesse sentido promoveriam profundas modificações nas ações em sala de aula. Cabe um parêntese: no mesmo ano em que foram realizadas as oficinas com os professores, uma das escolas da região (CEMAC) elegeu o manguezal como tema do Desfile de 7 de setembro da cidade de Acupe, utilizando as informações e aprendizados dos cursos.

E na esfera turística ainda há muito a ser feito. Apesar de ser uma região de belezas cênicas e de ter um grande afluxo de turistas, brasileiros e estrangeiros, os recursos são pouco explorados. Ações de divulgação mais freqüentes poderiam informar os turistas e fazer com que os mesmos tivessem interesse em conhecer as regiões de manguezais e consumir os produtos da região, como é o caso do caranguejo. Assim, o dinheiro gerado por essas atividades turísticas pode beneficiar de forma mais direta as comunidades tradicionais.

Mas de nada adianta o estímulo se não houver organização e treinamento. E essas duas ações têm que ser continuadas, seja por iniciativa da sociedade civil, do poder público ou das organizações não-governamentais. O fato da rusticidade da região ser um atrativo não implica necessariamente que o turista aprecie desconforto e serviços ruins.